



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**
2 **treze dias de março de dois mil e treze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. O presidente **Porsani** iniciou a reunião, dando
4 as boas vindas a todos os presentes. Empossou os conselheiros **Mariante** e **Luís Cláudio**,
5 como componentes da Mesa Diretora, representando usuários e trabalhadores,
6 respectivamente. Em seguida, realizou a leitura das pautas da reunião, sendo: **I. Informes; II.**
7 **Eleição da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde, para o próximo mandato**
8 **de um ano; III. Apresentação, discussão e deliberação sobre o término do Convênio**
9 **"PSF/Assistência Geral à Saúde" com o Serviço de Saúde "Dr. Cândido Ferreira", em**
10 **especial sobre a reposição dos trabalhadores via concurso público, de acordo com as**
11 **deliberações anteriores deste Conselho e o Termo de Ajustamento de Conduta firmado**
12 **com o Ministério Público Estadual; IV. Apresentação, pela Gestão Municipal, do**
13 **cronograma de municipalização do Complexo Hospitalar Ouro Verde, conforme deliberado**
14 **na reunião ordinária deste Conselho, em 27 de fevereiro; V. Apresentação e discussão**
15 **sobre a Regulação em Saúde no Âmbito Municipal.** A conselheira **Maria Helena** sugeriu
16 inversão de pauta, para a realização da eleição e para a chegada do secretário de saúde,
17 sendo ele o maior interessado em ouvir os informes. O presidente **Porsani** apontou que não
18 acha prudente, pois existem conselheiros que ainda não chegaram, estando dentro do prazo
19 regimental. O conselheiro **Mariante** afirmou que os informes não devem esperar a gestão,
20 pois existe uma ata com o registro de todas as falas. Realizou a leitura dos nomes dos
21 conselheiros candidatos à Comissão Executiva, sendo candidatos pelos usuários: Sr. Gerardo,
22 Sra. Izabel, Sra. Maria de Fátima, Sra. Maria Helena, Sra. Neide, Sra. Sandra, Sr. Trombetta,
23 Sr. Xavier; e candidatos pelos trabalhadores: Sra. Eloísa, Sra. Rosa, Sra. Wilma. **I. Informes:**
24 abertas as falas, o conselheiro **Trombetta** realizou a leitura do ofício nº 08 do Conselho Fiscal
25 de Saúde, solicitando providências e a declaração de estado de emergência na saúde de
26 Campinas. Apontou que a ausência dos gestores na reunião demonstra o descaso destes.
27 Falou que o CMS deve assumir uma posição mais firme frente ao caos. Afirmou que a
28 população sofrerá com a desassistência e que se trata de recursos públicos que foram
29 jogados fora. Afirmou que, caso o CMS não assuma essa posição, o Conselho Fiscal o fará. O
30 conselheiro **Xavier** falou sobre o falecimento do Dr. Moneda, que foi pioneiro no
31 atendimento aos usuários do Jardim Oziel e Monte Cristo. Falou sobre um problema de
32 atendimento no Pronto Atendimento Centro, onde uma enfermeira não permitiu que um
33 conhecido tomasse água e que não havia lençóis. Lembrou que os conselheiros são eleitos
34 para representar os usuários. O conselheiro **Francisco** lembrou que houve uma resolução da
35 Conferência Municipal de Saúde, que foi referendada nas Conferências Estadual e Nacional,
36 que afirma que nenhum convênio novo, renovação ou prorrogação ocorra sem o
37 conhecimento e deliberação do CMS. Afirmou que a gestão cometeu dois erros, sendo um o
38 encaminhamento de um projeto de Lei criando vagas temporárias para médicos e a
39 contratação do Labclínicas, que não foram discutidos no Conselho Municipal de Saúde.
40 Solicitou que tem que ser discutido no CMS, antes de ser encaminhado à Câmara. Afirmou



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 que apresentará uma moção de repúdio da forma como a gestão lidou com a questão das
42 demandas laboratoriais. A conselheira **Marlene** convidou os conselheiros para, amanhã,
43 participar da reunião da rede AD (álcool e drogas). Falou que essa rede tem crescimento,
44 ampliando a discussão sobre o assunto. Falou que percorreu, com seu filho, dez unidades
45 básicas e não conseguiu a insulina regular. Questionou a falta desse item. A conselheira
46 **Maria Helena** falou sobre a visita ao Laboratório Municipal e realizou a leitura do relatório
47 da comissão de visitas. Lembrou que esse tema foi pauta deste Conselho, há pouco tempo,
48 onde ficou definido que deveria ampliar a capacidade do laboratório e não terceirizar.
49 Lembrou que a verba do laboratório é federal e não municipal. O conselheiro **Felipe** falou
50 sobre a situação caótica, aonde a gestão Jonas Donizete chega há três meses, com os
51 mesmos problemas do passado, ampliados. Falou que o Laboratório Municipal é referência
52 para o Brasil inteiro, sendo público, estatal e de grande capacidade técnica. Questionou os
53 critérios adotados para a contratação do Labclínicas e por que não foram contratados
54 outros. Falou que as demissões gerarão uma crise de desassistência. Falou sobre a falta de
55 medicações e insumos, frente a uma epidemia de dengue. Afirmou que muitas unidades não
56 tem soro fisiológico, bem como AAS. Defendeu que a situação está séria e solicitou
57 providências da gestão, pois a saúde é a principal preocupação dos brasileiros. Falou que o
58 Fórum Popular de Saúde fará uma manifestação no dia mundial da saúde, com o tema "não
59 ao caos na saúde de Campinas". O conselheiro **Ademar** falou sobre o caso Shell, informando
60 sobre as indenizações aos trabalhadores da Shell. Afirmou que uma parte da indenização
61 constará da construção de unidade de saúde para Paulínia. Informou que o Sindicato dos
62 Químicos conseguiu que uma parte da indenização seja destinada ao CEREST, bem como
63 para Fundacentro, mediante apresentação e execução de projetos. O conselheiro **Gerardo**
64 prestou solidariedade aos trabalhadores do Laboratório Municipal, em uma situação que
65 definiu como "morte anunciada", pois já havia sido discutido em vários fóruns, inclusive no
66 CMS. Falou que existe a proposta de um diálogo sobre a saúde em Campinas no dia mundial
67 da saúde. Solicitou que seja feita uma ampla divulgação deste evento. Afirmou que serão
68 realizadas atividades nos dias 06 e 07 de abril. Solicitou que seja feito um debate público,
69 com o secretário de saúde, um conselheiro trabalhador e um conselheiro usuário, bem como
70 dois convidados do MOPS, para discutir o caos no município. A conselheira **Wilma**
71 questionou se foram resolvidas as pendências dos leitos do HMMG e se já foram
72 conseguidos outros leitos. Falou que o CHOV, antes de renovar o convênio, auxiliava na
73 realização de cirurgias eletivas e que, após a renovação do convênio, não faz mais essas
74 cirurgias. Afirmou que a situação está caótica e que isso justifica o documento apresentado
75 pelo Conselho Fiscal de Saúde. Falou que muitas cirurgias não estão sendo realizadas, pois
76 não tem leitos. Afirmou que o CHOV vem cobrando a devolução do arco cirúrgico que está
77 emprestado ao HMMG. A sra. **Íris**, médica concursada da Prefeitura, atua na assistência
78 domiciliar e trabalha no CHOV. Falou que demorou de 04 a 05 anos para fixar médicos no
79 hospital. Falou sobre o trabalho horizontal realizado no hospital, devido à coesão dos
80 médicos que lá trabalham. Afirmou que todos os médicos possuem residência médica e



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 qualificação. Ressaltou que é difícil fixar médicos nas enfermarias. Afirmou que o hospital
82 tem uma aceitação de 80 a 90%, com avaliações positivas dos trabalhos médicos. Falou
83 sobre a municipalização e que na região sudoeste existe um problema crônico de fixar estes
84 profissionais. Falou ter medo de uma situação de "morte anunciada", no caso do Hospital,
85 quando todos os funcionários saíram. Questionou como serão fixados profissionais naquele
86 serviço. Questionou sobre a situação de médicos, pois já é difícil fixar médicos nos centros
87 de saúde, quanto mais com trabalho horizontal. Afirmou que o CHOV tem metas a cumprir e
88 que vem sendo realizadas cirurgias, podendo ser comprovadas nas metas. O conselheiro
89 **Mariante** lembrou que a municipalização foi uma pauta resolvida desde a Conferência
90 Municipal de Saúde. Lembrou que o que está em discussão é a forma como deverá ser feita.
91 Defendeu que seja respeitada uma metodologia para a realização da municipalização.
92 Lembrou que essa questão foi quase unânime no CMS. Falou sobre um manifesto contrário à
93 escolha do Deputado Federal Marco Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos
94 e Minorias, da Câmara dos Deputados, uma vez que este deputado já realizou declarações
95 racistas e homofóbicas. Convidou a todos para comparecer no protesto contra a eleição
96 desse indivíduo e que apresentará uma moção de repúdio a essa eleição e solicitando a
97 revisão desta decisão. O sr. **José Carlos** informou sobre o convite para a reunião com o Sr.
98 Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, Dr. Luiz Augusto
99 Baggio, e com o 1º Tenente da Polícia Militar Giovani Eduardo, chefe interino da Seção de
100 Comando do Policiamento do Interior 2, que vão falar sobre a repressão ao tráfico de drogas
101 no Município de Campinas, que ocorrerá no dia 14 de março. A conselheira **Ivanilde**
102 informou que existe, dentro dos convênios com as instituições hospitalares, uma ficha de
103 programação orçamentária contando com a realização de exames laboratoriais. Relatou não
104 ser incomum instituições terem dificuldades de realizar estes exames e outras instituições
105 apoiarem nesta tarefa. Lembrou de uma situação ocorrida no ano passado, no CHOV, onde
106 houve uma queda de energia e a interrupção temporária da realização dos exames
107 laboratoriais, que foram realizados através do convênio com a Maternidade de Campinas.
108 Momentaneamente, até que os funcionários cheguem dos concursos, para a reconstituição
109 das equipes, e que não ocorra a desassistência, a SMS conta com uma instituição conveniada
110 realizando estes exames, o que está dentro da legalidade, uma vez que existem justificativas
111 técnicas para este procedimento. O sr. **Mauro**, diretor do Departamento Administrativo,
112 falou sobre o abastecimento de insulina, alegando que o estoque está regularizado e
113 abastecido e que se a conselheira não encontrou ocorreu falta de pedido das unidades. Em
114 relação ao soro fisiológico, explicou que o frasco com 250 ml foi interditado pela ANVISA e
115 que a rede está abastecida com soro de 500 ml. Explicou que, com a saída dos profissionais
116 SSCF, está sendo priorizado o abastecimento mensal de medicações e insumos, não sendo
117 priorizada a solicitação eventual. Afirmou que o AAS estava em falta, mas que o
118 abastecimento foi regularizado, pois a empresa não realizou a entrega. O conselheiro
119 **Arthur**, presidente do HMMG, respondeu sobre a suspensão de cirurgias. Falou que foi
120 discutida em vários momentos a necessidade da interdição de leitos, por necessidades



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 estruturais e fundamentais. Ressaltou que essas reformas eram imprescindíveis, o que
122 acarretou no adiamento de cirurgias eletivas e que as cirurgias de emergência/urgência
123 estão garantidas. Afirmou que o CHOV é um parceiro do HMMG, e que o hospital deve
124 devolver o arco cirúrgico, pois não é do hospital e, sim, do CHOV e que está sendo
125 providenciada a compra desse equipamento. O presidente **Porsani** afirmou que é a
126 Comissão Executiva que pauta as reuniões do CMS e que a discussão sobre o documento
127 apresentado pelo conselheiro **Trombetta** deve ser pautada na Executiva, para depois vir
128 para o pleno. O conselheiro **Trombetta** afirmou que a situação de Campinas é emergencial,
129 mas que aguardará essa pauta e que fiscalizará as questões da fila e da falta de
130 medicamentos. Falou que possui a informação que faltam vinte e cinco medicamentos em
131 Campinas e que alguém está faltando com a verdade e com a fé pública. **II. Eleição da**
132 **Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde, para o próximo mandato de um ano:**
133 candidataram-se os conselheiros: Sr. Gerardo, Sra. Izabel, Sra. Maria de Fátima, Sra. Maria
134 Helena, Sra. Neide, Sra. Sandra, Sr. Trombetta, Sr. Xavier. Em processo de votação, em
135 escrutínio secreto, foram ELEITOS os seguintes representantes usuários para a Comissão
136 Executiva: Sra. Maria Helena, com 14 (quatorze) votos; Sra. Izabel, com 13 (treze) votos; Sr.
137 João Xavier, com 10 (dez) votos; e ocorrendo empate, com 08 (oito) votos cada, o Sr.
138 Gerardo e o Sr. Trombetta, o qual retirou a sua candidatura. Os demais conselheiros
139 obtiveram os seguintes resultados: Sra. Maria de Fátima, com 04 (quatro) votos; Sra. Neide,
140 com 07 (sete) votos e a Sra. Sandra, com 01 (um) voto. Para a representação dos
141 conselheiros trabalhadores para a Comissão Executiva, candidataram os seguintes
142 conselheiros: Sra. Eloísa, Sra. Rosa e Sra. Wilma. Em processo de votação, em escrutínio
143 aberto, foram ELEITOS os seguintes representantes trabalhadores para a Comissão
144 Executiva: Sra. Wilma, com 11 (onze) votos e Sra. Eloísa, com 10 (dez) votos. A Sra. Rosa
145 obteve 04 (quatro) votos. Portanto, foram eleitos para a Comissão Executiva: Sra. Maria
146 Helena, Sra. Izabel, Sr. João Xavier, Sr. Gerardo – representantes usuários; Sra. Eloísa e Sra.
147 Wilma – representantes trabalhadores; Sra. Lizandra – representante dos prestadores de
148 serviços. **III. Apresentação, discussão e deliberação sobre o término do Convênio**
149 **"PSF/Assistência Geral à Saúde" com o Serviço de Saúde "Dr. Cândido Ferreira", em**
150 **especial sobre a reposição dos trabalhadores via concurso público, de acordo com as**
151 **deliberações anteriores deste Conselho e o Termo de Ajustamento de Conduta firmado**
152 **com o Ministério Público Estadual:** o conselheiro Edison realizou a apresentação. O
153 secretário de saúde, dr. **Cármino**, agradeceu a todos os trabalhadores do SSCF, que foram
154 vítimas do processo e do TAC. Ressaltou que a Prefeitura está cumprindo o Termo de
155 Ajustamento de Conduta, que foi realizado ano passado. Afirmou que o assunto SSCF é algo
156 que precisaria ser resolvido, definitivamente. Lembrou que a gestão está há dois meses e
157 meio e que adotou medidas necessárias para resolver este problema, de grande magnitude.
158 Afirmou que a SMS está dedicada a minimizar os impactos dessa solução e que todos os
159 trabalhadores receberão os seus direitos. Afirmou ser o maior movimento de um governo
160 recém-empossado, utilizando dispositivos legais, para regularizar uma situação como esta.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 Informou que o governo optou em não solicitar a prorrogação do TAC, o que somente
162 adiará o problema. Falou que todos os servidores da saúde estão empenhados em garantir a
163 assistência, mantendo as atividades na melhor forma possível, mas que não impedirá que o
164 mês de março seja um mês difícil. Afirmou que os médicos contratados pelo SSCF serão
165 supridos por cargos públicos. Ressaltou que houve um enorme esforço de governo para
166 resolver essa questão. Explicou que a próxima etapa é a abertura de concurso público para
167 médicos. A conselheira **Marlene**, representante da Comissão de Acompanhamento, falou
168 que não foi fechado parecer, sobre os servidores que ainda estão trabalhando no convênio,
169 por falta de resposta da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Secretaria de Recursos
170 Humanos. Abertas as falas, o conselheiro **Trombetta** lembrou as discussões anteriores e que
171 essa situação também era uma "tragédia anunciada" e que o Jurídico da Prefeitura não foi
172 competente o bastante para analisar a situação deste convênio. Afirmou que a
173 municipalização do CHOV seguirá o mesmo caminho. Falou que se trata de recursos públicos
174 mal gasto, onde poderia ser utilizado para comprar medicamentos, equipamentos ou
175 veículos. Afirmou que esse problema vem de gestões anteriores que afirmavam que não
176 tinha nenhum problema e que não existia nenhum débito da Prefeitura. Falou que os
177 conselheiros são responsáveis pela situação e solicitou que os conselheiros tenham caráter e
178 princípios, e não fiquem fazendo favores a políticos. A conselheira **Eloísa** afirmou que o que
179 é apresentado não corresponde às questões da ponta. Falou que a Vigilância do Distrito
180 Sudoeste não terá trabalhadores administrativos, onde essa função deverá ser realizada
181 pelos técnicos que deveriam estar fiscalizando *in loco*. Falou que foram informados que não
182 existe previsão para repor estes profissionais. Alegou que muitos trabalhadores que
183 passaram no concurso não estão sendo chamados. Solicitou um cronograma de convocação
184 dos concursos e de reposição dos contratados pelo SSCF. A conselheira **Izabel** falou que,
185 desde 2008, o CMS vem discutindo a questão do SSCF e agradeceu o trabalho dos
186 contratados, por terem suprido o que seria papel da SMS. Afirmou que o município vem
187 passando por problemas com a dengue, necessitando de reposição dos trabalhadores de
188 controle da dengue e solicitou um olhar para a rede básica. Falou que o documento
189 apresentado não é o mesmo encaminhado para os conselheiros. Solicitou que o material
190 que foi apresentado seja repassado aos conselheiros. A conselheira **Wilma** falou sobre o
191 tempo do TAC, o qual teve um ano para ser cumprido, tempo suficiente para chamar os
192 servidores por concurso. Afirmou que o novo governo já sabia do problema e lembrou que o
193 concurso emergencial é somente para médicos e que os profissionais já deveriam ter sido
194 convocados. Questionou sobre a situação dos profissionais que possuem uma estabilidade e
195 não podem ser demitidos, como o caso de gestantes ou trabalhadores afastados. A sra.
196 **Márcia Molina** apontou entender e reconhecer o esforço da secretaria para regularizar a
197 situação e que é complexo uma nova administração assumir essa situação. Falou que está
198 ocorrendo um grande sofrimento, pela perda dos profissionais que estão sendo demitidos,
199 sendo que estes auxiliaram o SUS, pela piora no atendimento aos usuários. Apontou que é
200 necessária muito mais agilidade do que a que vem sendo realizada. Questionou como ficarão



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 os usuários que não terão plantonistas nos prontos atendimentos, gerando insegurança e
202 ansiedade. Afirmou serem necessárias resoluções imediatas e urgentes, como mutirões para
203 agilizar a convocação dos servidores. Questionou quais categorias serão contempladas no
204 concurso e quando o serão. O conselheiro **André** recordou as circunstâncias que o SSCF
205 entrou no PSF, quando a PMC não poderia realizar concursos públicos. Apontou que, se não
206 fosse o aporte do SSCF, a Saúde em Campinas estaria fragmentada como a de São Paulo.
207 Afirmou que a entidade nunca foi passional à situação e lembrou que foi o próprio SSCF que
208 chamou audiências públicas no CMS. Propôs que ocorra uma ampla discussão sobre o
209 caráter público do SSCF e o seu papel na saúde do município. O presidente **Porsani** falou
210 sobre a necessidade de resolver definitivamente o problema, o que não ocorreu, tendo em
211 vista o problema recente do laboratório municipal. Afirmou que a situação continuará no
212 próximo período e que o processo de transição demandará fiscalização dos conselheiros,
213 pois não foi preparado adequadamente. Lembrou que o CMS aprovou, em diversas vezes,
214 que um trabalhador do SSCF só poderia sair quando tivesse sido chamado e treinado um
215 servidor por concurso público. Questionou o que acontecerá no próximo período, pois existe
216 todo o processo de adaptação. Afirmou que, se não for resolvido, ocorrerá o caos em
217 Campinas. Falou que a forma adotada pelo Ministério Público foi correta, porém
218 inadequada, pois aconteceu em um momento tumultuado, onde o CMS não foi ouvido.
219 Solicitou que a transição para a municipalização do CHOV não cometa os mesmos erros do
220 convênio SSCF. O conselheiro **Luís Cláudio** agradeceu todos os anos de parceria da entidade,
221 pois na hora que a cidade mais precisou, foi prontamente atendida pela entidade. Solicitou
222 paciência neste momento de transição, pois a cidade ganha experiência com esses atropelos
223 que vem ocorrendo. Afirmou que os usuários, quando não são atendidos, descontam nos
224 profissionais da ponta do atendimento. O conselheiro **Gerardo** falou que a situação do SSCF
225 é uma lição para todos, desde o empenho dos trabalhadores do convênio até o processo de
226 transição. Afirmou que os trabalhadores do SSCF não tiveram o mesmo tratamento. Falou
227 que a presença do SSCF como suporte para a SMS foi fundamental e destrutivo, pois o
228 temporário virou permanente. Apontou que a LRF é sempre usada como desculpa. Lembrou
229 que o CMS votou uma resolução, solicitando a prorrogação do TAC ao Ministério Público e
230 que a SMS ficou pensando se levaria ou não esta solicitação. Afirmou que, se tivesse algum
231 empenho, o Ministério Público entenderia e reavaliaria o TAC, pois se trata de vidas. Falou
232 sobre o laboratório do CHOV, o qual é um horror, onde ocorre a desautorização de colher os
233 exames. Afirmou que o CMS discutiu, em vários momentos, soluções para o SSCF sem causar
234 impactos e desassistências. O conselheiro **Mariante** falou que toda discussão remete ao
235 compromisso que o conselho tem com a assistência à saúde em Campinas. Falou que a
236 precarização realizada através do SSCF está ocorrendo com o CHOV, através da SPDM.
237 Afirmou que, quando se debate a gestão dos servidores da saúde, os profissionais públicos
238 não podem ser tratados como profissionais do setor privado, pois o patrão não é o
239 governante, mas o povo. Falou que a terceirização é uma forma de precarização. Falou que
240 alguns empresários emprestarão dinheiro à Administração Pública para implantar uma nova



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 lógica. Lembrou que o CMS já teve reuniões com vários secretários municipais, discutindo o
242 concurso público, onde foi prometido um número significativo de profissionais, porém não
243 levava em consideração à questão do SSCF. Falou ser urgente que a SMS encaminhe ao CMS
244 a análise do número de profissionais para compor um quadro necessário e o que precisa
245 para chamar estes servidores. O secretário de saúde, Dr. **Cármino**, falou que todos os
246 colaboradores aprovados no concurso público serão convocados no mês de março e que,
247 para saber o número exato, é necessário acompanhar o Diário Oficial, pois está ocorrendo
248 convocações diariamente, o que causa a divergência dos números apresentados. Falou que
249 se dispôs a trabalhar semanalmente, juntamente com o CMS, para discutir questões como
250 esta. Discordou que o processo foi atropelando, alegando que o mesmo foi acelerado,
251 respeitando todos os prazos legais. Ressaltou que esta gestão tem grande responsabilidade
252 e que está sendo cumprida uma decisão judicial. Apontou que o CMS não pode ter discurso
253 dúbio, defendendo o concurso público e, ao mesmo tempo, defender a prorrogação do
254 convênio. Sobre os plantões de finais de semana, explicou que a SMS está controlando a
255 necessidade de cada escala e que a situação estará regularizada na próxima semana.
256 Apontou que o atual governo convocará, nos próximos meses, entre a Secretaria de Saúde e
257 a Secretaria de Educação, mais de 900 (novecentos) servidores, sendo um grande esforço
258 administrativo, que nem empresas privadas realizariam. Afirmou que está sendo respeitado
259 o direito dos trabalhadores que estão saindo e dos que estão entrando. Sobre a dengue,
260 falou que muitos municípios estão passando por uma epidemia da doença, onde os números
261 são um pouco maiores do que os do ano passado. Explicou que a SMS não tem os agentes
262 ambientais neste momento e que não estarão prontos para esta epidemia, devido à falta de
263 ação em 2012. Explicou que os agentes comunitários e o exército estão apoiando as ações
264 para evitar a situação de epidemia. Solicitou o apoio dos conselheiros no trabalho de
265 conscientização sobre a remoção de criadouros. O presidente **Porsani** consultou os
266 conselheiros sobre a prorrogação da reunião. Solicitou ao conselheiro **Edison** que encaminhe
267 a apresentação ao CMS. O conselheiro **Edison** esclareceu que os funcionários que estão em
268 licença terão assegurados os seus direitos e que serão acompanhados pela entidade. O
269 conselheiro **André** explicou que a situação está em análise pelo jurídico da entidade e que
270 deverá ser proposto um Termo de Ajuste para solucionar as pendências dos profissionais
271 que estão em situação de estabilidade. Explicou que essa proposta deverá ser encaminhada
272 à Secretaria de Assuntos Jurídicos para análise. Em regime de votação, o Conselho Municipal
273 de Saúde **APROVOU a prorrogação da reunião, por trinta minutos, conforme o Regimento**
274 **Interno. IV. Apresentação, pela Gestão Municipal, do cronograma de municipalização do**
275 **Complexo Hospitalar Ouro Verde, conforme deliberado na reunião ordinária deste**
276 **Conselho, em 27 de fevereiro:** o secretário de saúde, Dr. **Cármino**, afirmou que acreditava
277 que esse assunto fosse discutido na próxima reunião, a ser realizada no dia 27 de março.
278 Informou que a gestão tomou as medidas administrativas para conduzir o assunto, através
279 da participação de várias secretarias municipais, conforme Decreto Municipal. Afirmou que
280 tratará dessa questão de forma institucional e que o grupo está constituído e que se reunirá



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 na próxima semana para a criação do cronograma. O conselheiro **Gerardo** apontou
282 preocupação a maneira como a gestão está tratando esse assunto. Lembrou que foi
283 discutido no dia 13 de fevereiro, onde foi solicitado que tivesse algo para discutir na
284 presente reunião. Lembrou que a resolução foi apresentada por escrito, não sendo lida por
285 aqueles que não queriam. Falou que o conselheiro Edison estava na reunião da Executiva,
286 onde foi apresentada a proposta de resolução, onde foi solicitado o cronograma que deveria
287 ser apresentado na presente reunião. Falou que adiar a apresentação do cronograma é
288 tentar ganhar tempo e comprometer o prazo da prorrogação do convênio. Afirmou que a
289 municipalização demandará muito trabalho e que solicitou que se cumpra o que está na Lei
290 do CMS, apresentando o material antecipadamente aos conselheiros. O sr. **José Augusto**
291 ressaltou a qualidade do corpo técnico do CHOV e que não se reúne tão rapidamente.
292 Afirmou que não se constrói um hospital novo em seis meses, o que deve ser levado em
293 conta para não provocar desassistência nos serviços que o CHOV presta. Convidou os
294 conselheiros para visitar o hospital, para que conheçam todo o trabalho realizado. Apontou
295 que os trabalhadores do hospital gostariam de participar dos debates para a construção do
296 modelo de municipalização. Lembrou que o convênio com o SSCF possuía uma situação de
297 TAC com o Ministério Público, com um cronograma imposto, diferentemente do convênio
298 com a SPDM. O conselheiro **Paulo** ressaltou que o sindicato deve participar das discussões,
299 pois serão decididas as vidas profissionais dos trabalhadores. O sr. **Jorge Cury** afirmou que
300 estão presentes vários representantes de setores do CHOV e que gostariam que os
301 conselheiros fossem conhecer todo o trabalho executado no hospital, o qual é de alta
302 qualidade, com metas alcançadas e superadas. Afirmou que o hospital vem se destacando
303 como hospital de ensino e que vem ocorrendo uma progressão, relacionada à melhora da
304 qualidade na assistência. Informou que, quando identificados os problemas na instituição,
305 estes são rapidamente resolvidos, sendo uma questão importante. Solicitou que a
306 Associação de Trabalhadores do CHOV também participasse do processo de debate da
307 municipalização. A sra. **Fernanda** afirmou que existe uma situação caótica na
308 Urgência/Emergência e que a Prefeitura precisa passar por uma reestruturação geral.
309 Afirmou que a cobrança do CMS é contraditória, quando se trata do CHOV, pois está em uma
310 situação muito melhor que muitos outros serviços municipais. Lembrou que o CHOV é 100%
311 SUS. Defendeu que a transição não acarrete a desassistência e que a urgência cobrada pelo
312 CMS acarretará um tumulto no processo. Lembrou que o CHOV prestou assistência quando
313 o pronto socorro da PUCC passou por reforma, no ano anterior. O conselheiro **Mariante**
314 ressaltou que o questionamento do CMS não é em relação à dedicação das pessoas que
315 trabalham no CHOV, mas sim pelo modelo de gestão adotado. Lembrou que, em nenhum
316 momento, o CMS discutiu a questão do empenho e dedicação destes profissionais. Apontou
317 que existe uma decisão de Conferência Municipal de Saúde e que o CMS deve implantar o
318 que foi deliberado. Apontou que o CMS tem preocupação em não gerar desassistência.
319 Falou que a discussão da desassistência acaba gerando uma situação de “cortina de
320 fumaça”, impedindo que se faça a transição. Afirmou que o CMS tem o compromisso de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 garantir o atendimento e a qualidade deste aos usuários. Lembrou que foram solicitados, em
322 muitos momentos, cronogramas de transição. Afirmou que existem muitos fatos vinculados
323 levemente ao CMS, mas que as decisões ocorreram, pois a gestão não respeitou as
324 decisões deste fórum. Solicitou que seja encaminhado o cronograma na próxima reunião,
325 pois se a Comissão se reunirá na próxima semana, conforme a gestão informou, será
326 possível construir este cronograma. O presidente **Porsani** falou que o processo é complexo e
327 que deve ser pensado cuidadosamente como será realizada a municipalização. Falou que, se
328 tiver vontade política, o processo ocorrerá dentro do prazo previsto. Afirmou que os
329 trabalhadores que vêm à reunião do CMS devem ajudar a fazer cumprir as decisões
330 realizadas neste fórum. Defendeu que os trabalhadores do CHOV devem auxiliar neste
331 processo. Apontou que o CMS quer construir uma saúde pública de qualidade. Solicitou que
332 a gestão demonstre vontade política, o que garantirá o apoio do CMS. O secretário de saúde,
333 Dr. **Cármino**, afirmou que não vê problemas na ampliação da composição da comissão, mas
334 que é um assunto intersetorial dentro do governo. Explicou que a ideia da comissão é ter
335 decisões corretas e legais. Afirmou que a gestão não desrespeita o CMS, mas que não
336 concorda com o trabalho sob ameaças, pois não agrega nada ao desenvolvimento da
337 transição. Defendeu que as alternativas sejam construídas em conjunto, mas que existem
338 poucas alternativas de solução. Explicou que as decisões serão tomadas com informações
339 corretas, legais e consistentes e que a ideia de uma comissão reduzida é trazer informações
340 sintetizadas corretamente e de qualidade. Apontou a disposição de construir e melhorar as
341 condições de trabalho do CMS. O presidente **Porsani** afirmou que o primeiro ponto de pauta
342 da próxima reunião será a apresentação do cronograma e que as moções apresentadas
343 também serão votadas. Encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos.
344 Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, lavro a presente ata, assinando-a
345 juntamente com os demais presentes.